

Voltar à razão

Luiz Carlos Bresser-Pereira

São Paulo, 25 de agosto de 2018. Publicado apenas neste site.

O ex-presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, escreveu um artigo no *New York Times* protestando contra sua prisão e a proibição de participação nas próximas eleições presidenciais. Agora, outro ex-presidente respondeu, dizendo que o protesto de Lula “prejudica a imagem do Brasil”. Será este um bom critério para julgar nossas ações? Ou é mais importante que o Brasil haja o império da lei e a democracia?

Lula está indignado porque sua condenação foi injusta; foi decidida por um grupo de juízes e promotores federais constituídos em “Partido da Justiça” que o condenou por receber de uma empresa construtora um apartamento que ele não possui nem possuiu em troca de vantagens governamentais para o empreiteiro que não foram especificadas. Em outras palavras, está indignado porque foi condenado por um crime que sequer existiu.

Esse julgamento e condenação foram alcançados enquanto uma direita reacionária fazia ouvir sua voz promovia o impeachment da presidente Dilma Rousseff, novamente sem provas, sem apresentar o “crime de responsabilidade” que a Constituição brasileira exige para um impeachment. De fato, em um dos países mais desiguais do mundo a direita liberal estava “cansada” de ser governada por um partido político de centro-esquerda, o Partido dos Trabalhadores. Assim, aproveitou a primeira oportunidade – a reeleição da presidente com pequena maioria e apoiada apenas pelos pobres – para depô-la. Antes, Getúlio Vargas foi o único político de centro-esquerda que ocupou a presidência do Brasil (1951-1954). Não por acaso seu governo foi também terminado por um golpe. Agora o golpe não foi militar, mas parlamentar; teve uma aparência legal.

Nos dois casos – da condenação de Lula e do impeachment de Dilma – vemos a presença de um pacto associando o Partido da Justiça às elites financeiro-rentistas, e vemos a mesma estratégia: confundir os procedimentos legais com o Estado de direito, e promover um julgamento que é contrário ao Estado de direito, porque nele ninguém pode ser condenado sem provas, nem ter seus direitos políticos cassados sem ter sido definitivamente condenado.

Esta não é apenas a minha opinião; não é apenas a visão dos cidadãos democratas e progressistas brasileiros; é também a opinião dos muitos líderes políticos de outros países que assinaram manifestos defendendo Lula em nome do Estado de Direito; é a opinião e a decisão do Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas, que convocou o Brasil a não impedir a candidatura de Lula antes de uma condenação final.

Lula está certo quando diz que ele e o Partido dos Trabalhadores estão enfrentando uma conspiração política. Para condená-lo houve um acordo tácito dos “homens bons”, da elite

“bem-pensante” com juízes e promotores decididos a moralizar o Brasil ainda que contra a lei e o direito.

A história nos diz que as direitas liberais e ricas rejeitam a democracia. Elas só a aceitaram quando a pressão pelo sufrágio universal não pôde mais ser contida. Lula representa uma ameaça para os ricos? Seus líderes acreditam que sim, não porque temem Lula, mas porque Lula tem 39% das intenções de voto e, caso concorra, está praticamente eleito. Não temem Lula, porque sabem que agirá responsabilmente na presidência. Mas não querem de volta à presidência um líder comprometido com os trabalhadores e os pobres, um líder que não se conforma com o privilégio, a injustiça e a miséria que grassa no Brasil.

Esse comportamento é irracional, mas devemos lembrar que, pela primeira vez na nossa história, o ódio dominou a política no Brasil a partir das grandes manifestações de junho de 2013. Esse ódio desencadeou um grave processo de desconstrução da Nação, que se concretizou no impeachment de Dilma e na adoção de um liberalismo econômico radical pelo governo desmoralizado que a sucedeu. Está na hora de as elites brasileiras voltarem à razão. Vivemos hoje uma profunda crise de legitimidade política. As eleições presidenciais de outubro próximo são a oportunidade para a pacificação dos espíritos e para um novo começo, mas para isso os direitos políticos de Lula precisam ser assegurados.